

DESAFIOS FORMATIVOS VIVENCIADOS E SUPERADOS PELOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA - PE PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Cicera Mirelle Florêncio da Silva¹

Maria Aline de Macedo Silva Mendes²

Universidade Federal de Pernambuco-Campus Acadêmico do Agreste

ciceramirelle@bol.com.br

aline.mendes.macedo19@gmail.com

Resumo: Este artigo é fruto das discussões, observações, análises e estudos que emergiram de uma pesquisa de campo realizada no município de Agrestina-PE, tendo como objeto de estudo os desafios formativos enfrentados e vivenciados pelos professores seja pela falta de experiência profissional para o trabalho de crianças com necessidades educativas especiais ou pela ausência de formação inicial e continuada dos docentes. Nossos dados foram colhidos através de entrevistas, conversas informais, diário de campo e observação participante onde elencamos duas categorias de análise, a primeira discutindo e refletindo sobre o conceito de inclusão e suas implicações no contexto escolar e a segunda estabelecendo diálogos entre os estudiosos da área e as experiências vivenciadas no campo empírico em relação à escassez de formação inicial e continuada adequadas para proporcionar suporte nas atividades pedagógicas pensadas, planejadas e desenvolvidas pelos professores para os alunos com necessidades educativas especiais. Dentre nossas vivências e experiências construídas em contato com os sujeitos de nossa pesquisa destacamos as angústias e os receios que permeiam as práticas e ações pedagógicas dos professores voltados para as crianças com necessidades educativas especiais. Inicialmente, nos comprometemos a apresentar a trajetória histórica da Inclusão destacando os avanços e os desafios no âmbito da escola e nos processos de formação inicial e continuada de professores. Logo após buscamos compor um diálogo entre teóricos, estudiosos e pesquisadores que tratam da inclusão e os dados colhidos em nossa pesquisa. Como resultado, concluímos ser primordial a formação inicial e continuada dos professores para que o processo inclusivo e atendimento de crianças com necessidades especiais possam, de fato, serem efetivadas.

Palavras-chaves: Inclusão, Formação Docente, Educação, Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Inclusão passou por inúmeras transformações no que diz respeito à legislação e sua efetivação para promoção e melhoria do atendimento das pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino.

No Brasil, na década de 1960 a Educação Especial era considerada uma modalidade transversal em relação às demais, sendo, portanto constitucionalizada como tal através da Lei nº 4.024/61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), porém visto que não houve

melhorias significativas no atendimento e trato com os estudantes com necessidades educativas especiais houve uma tentativa de "destransversalização" dessa modalidade, deste modo foi promulgada a Lei nº 5.692/71 (LDBEN), esta nova lei, porém não houve de fato uma efetivação de cumprimento até a elaboração de leis na Constituição Federal Brasileira de 1988, quando o princípio da Educação Inclusiva "Educação e igualdade de direitos para todos" fortaleceu-se incentivando a criação de leis, declarações e programas, tais como: Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais, entre outros, com o intuito de proteger e assegurar o direito das pessoas com necessidades especiais (EDUCAÇÃO, 1999).

Após a formulação dessas leis e elaboração de declarações e programas em prol da defesa das pessoas com necessidades especiais, a Educação Inclusiva tornou-se uma das temáticas mais debatidas pelos órgãos educacionais com relação ao acesso, permanência e melhoria da Educação Brasileira propondo mudanças nas escolas a fim de que todas as pessoas com necessidades educativas especiais sejam matriculados nas escolas regulares com o objetivo de alcançar-se o trabalho da unidade, o indivíduo, na diversidade, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, sexo, raça, cor, idade e/ou quaisquer formas discriminatórias.

Adentrando nessa perspectiva da pluralidade e valorização das diferenças, percebemos ser primordial a formação inicial e continuada de professores voltada para os princípios da Inclusão, pois é através dos docentes que as ações e práticas pedagógicas são desenvolvidas diretamente com os alunos com necessidades educativas especiais.

Assim, os professores possuem função fundamental no funcionamento do processo educacional, junto aos nossos dados colhidos na pesquisa mapeamos diversos fatores que dificultam a inclusão efetiva das crianças com necessidades educativas especiais, dentre eles destacamos: escassez de materiais pedagógicos especializados e experiências profissionais junto a essas crianças, além da falta de processos formativos iniciais e continuados adequados do profissional de educação.

Tal pesquisa e estudo advêm do vínculo estabelecido com a disciplina obrigatória do curso de Pedagogia, Pesquisa e Prática Pedagógica I (PPP1), no qual é caracterizada na ementa como uma atividade investigativa sobre a sala de aula e os processos que permeiam esse espaço dentro da instituição escolar. Desse modo, buscamos investigar as ações, práticas e processos educativos pensados, desenvolvidos e realizados pelos professores para incluir as crianças com necessidades

educativas especiais que ocupam o espaço da sala de aula das classes regulares de ensino, bem como os desafios enfrentados por esses profissionais por não possuírem formação (inicial e continuada) adequadas.

Na presente atividade investigativa desenvolvida, propomos a seguinte problematização: Que desafios os professores de Agrestina-PE enfrentam para a promoção da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais?. Assim, elencamos como objetivo geral da pesquisa compreender os desafios que os professores enfrentam para a promoção da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, e como objetivos específicos identificar os elementos que dificultam a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais nas classes regulares de ensino, e após, averiguar se as práticas pedagógicas do professor são pensadas/realizadas levando em consideração os alunos com necessidades educativas especiais, e por fim analisar se os docentes possuem formação inicial e continuada adequadas para trabalhar de modo inclusivo com esses alunos.

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DO PROCESSO INCLUSIVO

O mundo contemporâneo é marcado sobretudo por transformações sociais, políticas, educativas, culturais e econômicas o que possibilita uma (Re)formulação de conceitos sobre o conhecimento humano e o meio social.

Voltando-se para a perspectiva inclusiva e de valorização das diferenças, Machado (1967) esclarece: “O mundo contemporâneo debate-se no reconhecimento e na valorização das diferenças, todavia, percebo as dificuldades que as redes de ensino têm de lidar com elas”.

Em relação ao âmbito educativo e os processos educacionais brasileiros em prol da Educação Inclusiva, compreendemos que o papel da escola e principalmente do professor vem modificando-se ao longo do tempo tendo em vista que as funções atribuídas anteriormente ao educador eram apenas de mediador/transferidor do conhecimento.

Hoje, através das atuais mudanças sociais e educativas o professor torna-se um dos protagonistas do processo inclusivo, pois é responsável pela disseminação, reflexão e exercício de uma nova cidadania que visa a valorização e o respeito pelas diferenças. Mader (1997) em suas pesquisas e experiências sobre Educação Inclusiva desenvolveu novas perspectivas ao afirmar a diversidade como algo cada vez mais natural, devendo ser vista como tal, independentemente de

deficiência.

Para Mader (1997):

Um novo paradigma está nascendo, um paradigma que considera diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. Cada vez mais a diversidade está sendo vista como algo natural. (MADER, Gabrielle; 1997, P.47)

Nesse sentido, entendemos que cada ser humano possui particularidades únicas sejam físicas, cognitivas ou emocionais, sendo portando inaceitável o uso da exclusão e da segregação das pessoas no meio social, bem como no âmbito escolar.

Partindo do ponto que cada ser humano é diferente em sua própria natureza, devem-se então os sujeitos com necessidades educativas especiais serem vistos de forma natural, para que a diversidade seja valorizada e garantida, pois é diante dessas diferenças e ao compreendê-las que conseguimos construir uma sociedade igualitária, sem preconceitos, discriminações e/ou segregações.

Daí a importância de uma formação adequada que auxilie os professores na promoção de aprendizagens significativas para a criança especial, bem como seu pleno desenvolvimento físico, cognitivo, linguístico, emocional, e conquista da autonomia. Entendemos assim, que ao se buscar atender e suprir as necessidades dos alunos é primordial que os professores planejem suas aulas junto a especialistas em atendimento educacional especializado de modo a criar dinâmicas, brincadeiras e atividades que possibilitem a interação dos alunos especiais com os demais.

Em relação à importância da formação inicial e continuada dos professores Kullook (2000) afirma que:

A formação de professores tem que ser vista como um processo contínuo fundamentado na perspectiva do crescimento o que significa que a formação de professores não pode ser entendida apenas como um somatório de disciplinas específicas mais disciplinas pedagógicas, mas deve ocorrer ao longo de todo o curso de formação inicial e estender-se continuamente valorizando a experiência profissional e de produtor do conhecimento traduzidas num processo contínuo de aprender a aprender. (KULLOK, 2000, P.181)

Assim, a formação de professores para atuar no processo inclusivo deve ser caracterizada pelos aspectos dinâmicos, integrador e dialógico onde os profissionais envolvidos no processo educacional inclusivo possam discutir e propor soluções para integração de crianças com necessidades especiais sejam auditivas, visuais, mentais entre outros, criando um espaço democrático e construindo políticas e práticas mais inclusivas nas escolas.

Adentrando nesse viés, compreendemos que o profissional de educação (Professor) precisa

desenvolver uma consciência de que a diversidade presente em sua sala de aula implica necessariamente a construção de diferentes estratégias de ensino para promover aprendizagens significativas com os alunos especiais.

METODOLOGIA

Esta atividade investigativa optou pela realização de um estudo descritivo, através de uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfico como ressalva, Moreira e Caleffe (2006), a etnografia é um método e um ponto de partida, é a interação entre o pesquisador e os seus objetos de estudos. Utilizando a pesquisa etnográfica para compreender melhor o âmbito escolar, da forma mais natural possível, a fim de identificar através da observação o cotidiano escolar. Foram utilizados na pesquisa procedimentos de investigação, observação e entrevistas para que se obtenha um melhor resultado da pesquisa.

A pesquisa conta com a observação participante e a utilização do diário de campo tendo como objeto de estudo os desafios formativos enfrentados e vivenciados pelos professores do município de Agrestina-PE seja pela falta de experiência profissional para o trabalho de crianças com necessidades educativas especiais ou pela ausência de formação inicial e continuada dos docentes.

Com a observação são fornecidos detalhes do cotidiano, e utilizando o diário de campo a fim de registrar os acontecimentos desse ambiente escolar, o mais fielmente possível as informações pertinentes. Angrosino (2009) a respeito da observação na pesquisa etnográfica relata que "A observação participante não é propriamente um método, mas sim um estilo pessoal adotado por pesquisadores em campo de pesquisa que, depois de aceitos pela comunidade estudada, são capazes de usar uma variedade de técnicas de coleta de dados para saber as pessoas e seu modo de vida".

Nessa pesquisa serão utilizadas também entrevistas como meio de coleta de dados, para nos possibilitar o manuseio com diversidade de dados, tendo assim uma satisfatória análise e aprofundamento acerca da temática.

Nas atividades investigativas são necessárias lidar com vários fatores como ressalva André (1997) "O saber lidar com as percepções e opiniões já formadas, reconstruindo-as em novas bases, levando, sim em conta as experiências vividas, mas filtrando-as com o apoio do referencial teórico e de procedimentos metodológicos.

Durante a elaboração de nossa pesquisa é necessário perceber e estabelecer um entrosamento

entre o pesquisador e as pessoas pertencentes a pesquisa, para somente assim se ter um desempenho satisfatório na presente atividade investigativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DE DADOS

O presente artigo foi desenvolvido a partir das observações, estudos, análises e experiências dos pesquisadores em uma escola regular localizada no município de Agrestina - PE, onde buscou-se analisar os desafios formativos enfrentados e vivenciados pelos professores seja pela falta de experiência profissional para o trabalho de crianças com necessidades educativas especiais ou pela ausência de formação inicial e continuada dos docentes.

A referida escola atende 815 alunos sendo subdivididos em: Educação Infantil(30), Educação Fundamental I (316), Educação Fundamental II (241), EJA fases I, II, III e IV (208) e o Programa Se Liga (20). A escola também oferece o Programa Mais Educação com oficinas de: Letramento, Matemática, Ciências, Voleibol, Judô e Teatro.

O corpo docente é formado por 37 professores, 1 gestora, 1 adjunto, 7 assistentes administrativos, 4 merendeiras, 4 coordenadoras de pátio, 4 vigias, 8 auxiliares de serviços gerais, 5 bibliotecárias, 1 digitador e 3 coordenadores pedagógicos, funcionando nos três turnos (manhã, tarde e noite).

Para a investigação e estudos da presente pesquisa utilizaremos a técnica de Análise de dados. Segundo Valla (2001) "A finalidade da análise de conteúdo será, pois efetuar inferências com base numa lógica explicitada sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas". Portanto consideramos a análise de conteúdo uma técnica de tratamento de informações, e como tal pode ser utilizada em vários tipos de pesquisa e servir igualmente os diferentes níveis de investigação empírica tanto das diferentes ciências humanas e sociais.

Em nossa pesquisa, a análise dos dados ocorrerá a partir dos dados coletados no campo durante a observação participante onde os participantes da entrevista serão chamados de Entrevistado 1 (E1), Entrevistado 2 (E2) e Entrevistado 3 (E3).

Nossos sujeitos da pesquisa referem-se à três professores do ensino fundamental I que possuem em suas salas de aulas regulares alunos com necessidades educativas especiais, compondo um total de três crianças especiais observadas.

Para iniciarmos a discussão e reflexões acerca da temática apresentaremos uma tabela com as perguntas construídas e as respectivas repostas dos professores nas entrevistas, logo após subdividimos a discussão em tópicos para facilitar a compreensão do leitor acerca da temática.

1. Tabela organizada com base nas entrevistas realizadas na Pesquisa de Campo

PERGUNTAS	ENTREVISTADO 1 E1	ENTREVISTADO 1 E2	ENTREVISTADO 1 E3
Qual a sua definição de Inclusão?	Inclusão é incluir um deficiente em uma escola regular de tal forma que ele possa interagir com as pessoas consideradas normais na sociedade.	Inclusão é incluir uma pessoa com alguma deficiência.	Inclusão é um processo pelo qual todo indivíduo possa ser incluído em um espaço democrático, respeitando todos os seus direitos.
Você acredita que os professores possuem formação adequada para atuarem com alunos especiais?	Não, pois nem todos os profissionais sabem lidar com esses deficientes.	Não, A maioria dos profissionais não tem a qualificação necessária para atender essas deficiências.	Precisaria ter mais capacitação dos professores, pois se necessita de mais preparo por parte de alguns professores em lidar com esses alunos.

Legenda: Agrestina-PE, Fevereiro, 2014

Após a realização das entrevistas elencamos duas categorias para analisar e dialogar com os teóricos, estudiosos e pesquisadores da área da Educação Inclusiva a fim de (Re)pensarmos sobre o conceito de Inclusão, suas implicações e a formação inicial e continuada de professores no processo inclusivo.

1.1 CONCEITO DE INCLUSÃO

Analisando a grelha de dados construídas em nossa pesquisa de campo ao tratar sobre o

conceito de Inclusão, destacamos as falas dos Entrevistados 1, 2 e 3 ao ser questionado sobre o entendimento que tinham sobre Inclusão.

O Entrevistado 1 ao falar: " Inclusão é incluir um deficiente em uma escola regular de tal forma que ele possa interagir com as pessoas consideradas normais na sociedade" (E1, Fevereiro, 2014) põe em xeque atribuições de segregamento construídas socialmente, isto é, a separação entre o que é "normal" e "anormal".

Nesse sentido, Canguilhem (1995) nos faz refletir sobre o aspecto da linha existente entre o patológico (doença, deficiência) e o normal fazendo-nos refletir sobre a exclusão das pessoas com necessidades especiais de acordo com padrões estabelecidos e cultivados socialmente ao longo do tempo.

De acordo com Canguilhem (1995):

O anormal não é o ser humano destituído de norma, e sim aquele que possui características diferentes e não faz parte da média considerada normal, que segue as normas estabelecidas socialmente. (CANGUILHEM, 1995)

Assim, entendemos que não existem seres humanos "anormais" e "normais", mas pessoas diferentes e únicas que possuem particularidades próprias. Dentro do âmbito educacional, compreendemos que essas particulares devem ser tratadas de modo a valorizar a diversidade e a pluralidade dos sujeitos, bem como desenvolver as potencialidades de cada aluno na sala de aula.

Na fala no Entrevistado 2 (E2) ao afirmar: " Inclusão é incluir uma pessoa com alguma deficiência" (E2, Fevereiro, 2014) podemos observar claramente que esse profissional não compreende a amplitude do que é Inclusão e qual o papel do professor diante desse processo de acesso, garantia e permanência de crianças com necessidades educativas especiais dentro das escolas regulares de ensino.

Analisamos que o E2 limita-se e confunde Inclusão meramente como a presença física do aluno especial sem considerar as ações pedagógicas e os processos de planejamento de atividades específicas para garantia de aprendizagens significativas desses alunos. Acreditamos que a falta de formação adequada desse profissional em questão é um dos pontos impeditivos para a reflexão sobre suas práticas e ações pedagógicas, visto que o mesmo através de conversa informal afirmou que não sabia com "lidar" com o aluno especial de sua sala de aula.

Voltando-se para o Entrevistado 3 (E3) observamos que este docente possui uma compreensão mais ampla em relação aos processos de Inclusão ao falar "Inclusão é um processo

pelo qual todo indivíduo possa ser incluído em um espaço democrático, respeitando todos os seus direitos" (E3, Fevereiro, 2014)

Nessa fala, analisamos que o professor adentra no espaço da legislação, pois considera o processo inclusivo como direito do aluno com necessidade especial. Assim apresentamos Martins (2008) ao falar do âmbito jurídico que "Várias leis foram promulgadas no Brasil, oferecendo respaldo legal para se promover a inclusão, inclusive determinando punições para profissionais que neguem o direito à educação, em escola regular, a essas pessoas".

Concluimos que todos os professores apontam que o conceito de Inclusão é o acesso da criança especial à escola regular de ensino, felizmente a maioria dos professores analisados ampliam seus referenciais sobre esse conceito ao entender que a Inclusão não limita-se a presença física do estudante especial, mas à sua participação ativa, cooperativa e dinâmica nas aulas. Portanto entendemos que o movimento da Inclusão está cada vez mais ampliando-se de modo a mobilizar os professores para a busca de planejamento e desenvolvimento de atividades e ações pedagógicas que se adequem às necessidades dos alunos especiais.

1.2 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA-PE

Aprofundando nossos estudos elencamos nossa segunda categoria de análise que busca compreender e mapear os desafios e as estratégias utilizadas pelos docentes para superar os empecilhos que emergem durante o processo de escolarização das crianças com necessidades educativas especiais.

Destacamos que o grande desafio que esses profissionais enfrentam em suas aulas para o manejo com o aluno especial advém da falta de formação inicial e continuada adequada para o trato com esses alunos. Esse pressuposto confirma-se no momento em que os docentes são questionados nas entrevistas se acreditavam que os professores possuem formação adequada, todos os Entrevistados (1, 2 e 3) responderam não haver essa formação o que dificultava a vivência real da Inclusão.

Assim, consideramos que para o professor superar as dificuldades emergidas do processo de inclusão nas escolas regulares é necessário o docente considerar as particularidades e potencialidades de todos os alunos, já que consideramos que todos os seres humanos são únicos e distintos.

Seguindo essa linha de discussão, Correia (2003) afirma que:

As necessidades, os interesses, as características e os estilos de aprendizagem dos alunos, requerem a utilização de práticas educativas flexíveis e as estratégias e o material usado deve ser, sempre que possível concreto e estimulantes. (CORREIA, 2003, P.41)

Nos processos de inclusão, é fundamental que os professores atuem de forma que os alunos com necessidades educativas especiais construam aprendizagens de maneira cooperativa tanto dentro do espaço da sala de aula como fora. Observando as práticas docentes de nosso campo constatamos que os professores mesmo angustiados em não possuir formação específica na área de inclusão buscavam realizar atividades que envolvesse essas perspectivas de cooperação entre os alunos, através de brincadeiras no pátio da escola e ações pedagógicas em grupos.

Concluimos, pois, que os professores observados mesmo com receios no trato com os alunos com necessidades educativas especiais mostravam-se preocupados em buscar auxílio e esclarecimentos junto aos profissionais que atuavam na Sala de Atendimento Educacional Especializado para planejarem suas práticas em prol da educação inclusiva. Compreendemos assim, que os professores de fato, mostram-se preocupados em realizar atividades que favoreçam o desenvolvimento e as aprendizagens dos alunos especiais presentes no âmbito da sala de aula.

CONCLUSÕES

Na abordagem desta temática fica-se evidente a importância da Inclusão das crianças com necessidades educativas especiais nas escolas regulares de ensino, para que seu desenvolvimento e integração no meio social.

Através das entrevistas, concluimos que os próprios professores reconhecem que sua formação não é adequada para desenvolver as atividades pedagógicas voltadas para às crianças especiais o que acarreta empecilhos para efetivação do processo inclusivo.

No entanto, destacamos que felizmente os professores observados demonstram preocupação e interesse em buscar soluções em frente à esses desafios, sejam por méritos próprios através de pesquisas em seu domicílio seja pela parceria com os profissionais da Sala de Atendimento Educacional Especializado, os docentes não acomodam-se em meio à realização, planejamento e desenvolvimento de suas ações e práticas pedagógicas.

Assim, concluimos que os professores do município de Agrestina-PE trabalham no movimento de tentativa de cumprimento do princípio da Educação Inclusiva "Educação e igualdade de direito para todos" e garantia do que está explícito na Constituição Federal Brasileira de 1998 e

Bases da Educação Nacional de que a Educação é direito de todos, sendo portanto dever do Estado, instituições de ensino e profissionais da educação garantir o acesso, permanência e vivências de práticas interativas e inclusivas dentro do âmbito das escolas regulares.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas, SP, 1995.
- ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996** – 5 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/midia/arquivos/2013/abr/proavi---lei-n-93941996.pdf>>. Acesso em: 11 de Outubro 2016.
- CORREIA, Luís de Miranda. **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Um guia para educadores e professores**. Porto: Porto Editora, 2003.
- Educação especial e educação inclusiva: conhecimentos, experiências e formação/** organizadores Sonia Lopes Victor; Rogério Drago & José Francisco Chicon - 1. ed. - Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2011.
- EDUCAÇÃO, Ministério, Secretaria de Educação a Distância. **Educação Especial: tendências atuais, salto para o futuro**. Brasília, 1999.
- MACHADO, Rosângela, **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas**, Cortez editora, 1976.
- MOREIRA, H.; CALEFFEL.G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. RJ: P&A, 2006.

